

BATEIAS, CARUMBÉS, TABULEIROS: MINERAÇÃO AFRICANA E MESTIÇAGEM NO NOVO MUNDO*

Eduardo França Paiva

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Uma antiga crença foi cultivada pela população das Minas Gerais e, sobretudo, pelos mineradores da região durante os séculos XVIII e XIX. Acreditava-se que todo minerador deveria ter uma negra Mina como concubina para que tivesse sucesso em suas atividades de extração mineral.¹ Já em 1726, o governador da Capitania do Rio de Janeiro, Luís Vaía Monteiro, observava: “E pella mesma cauza não há mineyro que poça viver sem nem hua Negra Mina, dizendo que só com ellas tem fortuna”.² Na verdade, a preferência dos mineradores não se restringia às escravas designadas Mina, mas incluía os escravos oriundos dessa região africana ou embarcados em algum porto dessa região, principalmente o de Ajudá.³ Associava-se aos Mina um grande poder de descobrir ouro, o que calhava perfeitamente com o maior dos desejos de boa parcela da multidão de homens que começou a ocupar as ricas terras minerais do interior da América portuguesa a partir do final do século XVII.

A entrada maciça dos Mina na região fomentou, então, essa crença. Mas guardou, também, outros significados. Esses homens e mulheres africanos, embarcados na Costa da Mina com destino ao Brasil, eram tradicionais conhecedores de técnicas de mineração do ouro e do ferro, além de dominarem antigas técnicas de fundição desses metais. Eles conheciam muito mais sobre a matéria que os portugueses, antigos parceiros comerciais dos reinos negros da África, vorazes consumidores do ouro desse continente e senhores de enorme extensão territorial no Novo Mundo. Ao que parece, o poder quase mágico dos Mina para acharem ouro e a sorte na mineração associada a uma concubina Mina eram, na verdade, aspectos alegóricos de um conhecimento técnico apurado, construído durante centenas de anos, desde muito antes de qualquer contato com os reinos europeus da era moderna. A opção dos traficantes luso-brasileiros por escravos da Mina, principalmente

* Texto publicado: PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. (orgs.) *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFMG, 2002, p. 187-207.

durante a segunda metade do século XVII e a primeira do século XVIII, fundou-se nesse *now-how* mineratório e metalúrgico dos negros. Tratou-se, pois, de equipar a região mineradora da Colônia com mão-de-obra especializada. Ao contrário, então, do que se tem pensado em geral, o tráfico atlântico de escravos obedeceu, ainda que parcialmente, a parâmetros originados de demandas específicas, como, por exemplo, as surgidas entre os mineradores coloniais.

O estudo do universo do trabalho na América portuguesa dos séculos XVII e XVIII passa, necessariamente, pela constatação do enorme contingente escravo Mina que marcou, indelevelmente, essa realidade histórica. E se é verdade que quase absolutamente eles entraram pelo porto de Salvador, na Bahia, e que povoaram com intensidade o Recôncavo Baiano, é igualmente certo, que, a partir do setecentos, eles foram conduzidos em grandes levadas para o sertão do ouro e dos diamantes, isto é, para as Minas Gerais. É provável, inclusive, que eles tenham sido mais numerosos nas Gerais, que na Bahia, contrariando o senso comum e afirmações historiográficas que, ainda hoje, os associam quase que exclusivamente à Capitania baiana.

Nos sertões das Gerais, os grandes proprietários de escravos, quando se dedicavam exclusiva ou principalmente às atividades mineradoras, escolhiam, preferencialmente, os homens Mina. Quando se tratava de escravas africanas, essa preferência se deu de maneira ainda mais intensa. Uma amostragem realizada entre testamentos e inventários *post-mortem* pode dar uma idéia mais precisa sobre a presença dos Mina. Entre os homens proprietários de 10 escravos ou mais, na Comarca do Rio das Velhas, capitania das Minas Gerais, que, no século XVIII, dedicaram-se de maneira mais ou menos intensa a atividades mineradoras, os cativos Mina representavam 40%. O restante dos africanos identificados eram divididos em várias outras origens. Entre as principais, os Angola somavam 26% os Benguela, algo em torno de 8% e os Congo, 4%. No caso da Comarca do Rio das Mortes, na mesma capitania mineira, há uma inversão aparente. Os Mina representaram apenas 12% do total de africanos com origem identificada. Ao contrário, foram muito mais numerosos os Angola (28%), os Benguela (16%) e os Congo (8%), entre outras várias origens. Contudo, nessa região mais próxima do porto do Rio de Janeiro, as atividades agrícolas e pecuárias, inclusive de exportação, tiveram importância muito mais acentuada que na comarca situada mais ao norte.

Um grande proprietário como o paulista e coronel Jozé Vieira de Almeida tinha, em 1780, 89 escravos em sua fazenda, chamada Favaxo, situada na freguesia de Baependi,

onde a atividade principal era a criação de cavalos.⁴ Nenhum escravo Mina foi identificado nesse que foi o terceiro maior conjunto individual de escravos que encontrei entre testamentos e inventários *post-mortem* das Minas Gerais setecentistas. Mas, quando se tratava de proprietários ligados à mineração, atividades que continuava tendo relativa importância na comarca do Rio das Mortes, pôde-se notar a maior concentração dos Mina, tanto entre os cativos, quanto entre as cativas. De maneira mais ou menos acentuada, repetiam-se as mesmas tendências entre as outras categorias de proprietários de 10 ou mais escravos: homens forros, mulheres livres e mulheres forras. Na verdade, saliente-se, essas categorias formavam, juntas, um grupo bastante reduzido, bem menos numeroso que os homens livres proprietários.⁵

Embora seja esse um quadro moldado a partir da demanda interna da Colônia, é necessário sublinhar que tradições culturais africanas também deram suporte à sua conformação. Por exemplo, na África negra, nas regiões de mineração de ouro, as mulheres desempenhavam papéis centrais nas atividades exploratórias. No reino Ashanti, atual Gana, de onde saíram muitos escravos para a América portuguesa, elas chegaram a dominar setores importantes dessa atividade. Segundo Suzanne Preston BLIER, referindo-se a esse reino africano,

*As mulheres monopolizavam o trabalho de fiação do ouro, desde a prospecção até o transporte do metal recolhido, passando pela peneiração da lama aurífera e pela lavagem das pepitas soltas...*⁶

Não obstante a idéia generalizada que subestima e, até mesmo, negligencia a atuação feminina na mineração, elas se transformaram em mão-de-obra especializada na área, tanto na África, quanto no Brasil. Além, disso, na mesma região Ashanti, mulheres (com suas crianças ao lado ou sendo carregadas nas costas das mães) montavam vendas nas ruas das cidades, onde ofereciam alimentos e objetos variados, pagos com ouro em pó, que servia de moeda para as transações. Ora, novamente, e não por pura coincidência, o quadro, quase de maneira idêntica, pôde ser facilmente constatado nas Minas Gerais.

Não resta dúvida sobre o intenso trânsito de práticas e de conhecimentos técnicos entre a Costa da Mina e a América portuguesa, mais no sentido leste/oeste que o contrário. Sobretudo na região de mineração, os resultados desses empréstimos técnico-culturais se fizeram notar desde muito cedo. Não poderia ser, ressalte-se, de outra forma. Boa parte do ouro explorado durante todo o setecentos nas Gerais e nas capitanias de Goiás, de Mato Grosso e da Bahia, foi recolhido através de técnicas introduzidas pelos africanos e

desconhecidas pelos europeus. Essa realidade estende-se, ainda, aos diamantes extraídos e ao minério de ferro encontrado na região, transformado em instrumentos de trabalho nas pequenas forjas montadas pelos africanos. Aliás, o ferreiro, ocupação prestigiosa em algumas regiões africanas, como, por exemplo, nas terras dos Beafares, costa da Guiné, era, também, couteleiro e ourives.⁷ As duas ocupações estavam tradicionalmente associadas nessas sociedades, o que acabou sendo reproduzido no Brasil, talvez, sem que ainda se saiba as reais dimensões de como isso se deu. A grande quantidade de escravos e de libertos oficiais de ferreiro e a recorrência de ourives negros e mestiços, inclusive escravos, podem ser indícios importantes para uma investigação mais apurada.⁸ E, nesse caso, não seria surpreendente se se observasse outros indícios associados aos anteriores, que apontassem para um culto mais intenso, entre a população negra e mestiça da região mineradora, de Ogum, senhor iorubá do ferro e dos instrumentos de ferro (representado através das pencas de balangandãs na Bahia e nas Minas Gerais) e de Iemanjá, mulher de Ogum, a quem pertenciam a prata e o ouro.⁹

Entre um lado e outro do Atlântico Sul, os Mina mediarão culturas e fomentaram, junto com os outros povos habitantes da América portuguesa, mestiçagem cultural, nas dimensões e particularidades mais diversas desse fenômeno. Claro que não se trata de uma transposição literal de conhecimentos e de práticas de um ambiente para o outro. Houve, evidentemente, muitas adaptações, resignificações e apuração técnica também. E é aí que hibridações e impermeabilidades culturais se compuseram, surgindo de arranjos específicos, moldados na dinâmica da sociedade colonial brasileira e, mais especificamente, da sociedade mineira.¹⁰

Muito do universo social das Gerais setecentistas deveu-se à atuação dos negros Mina: da bateia ao espaço e às formas das habitações nas áreas mineradoras, passando pelo comportamento, pelas práticas e pelas representações culturais. Isso ocorreu, ainda que mais fortemente em algumas regiões da Capitania. Na verdade, é preciso salientar que toda essa influência ainda hoje preserva-se. Basta atentar-se para as permanências que povoam o dia-a-dia da população mineira, às vezes vistas “a olho nu” pelos historiadores e outras vezes identificadas apenas através de lentes conceituais especiais. Filtros assim especiais é que permitem reler registros que, muitas vezes, vêm sendo examinados sem que porções importantes deles, às vezes escondidas entre as linhas ou entre as cores e as formas de testemunhos os mais variados, tenham sido observadas pelos leitores de outros tempos.

Costumes africanos mantidos no Brasil, assim como alimentos, técnicas, indumentária, crenças, serviram para recriar a África na América, aproximando as terras separadas pelo Atlântico e facilitando a vida cotidiana dos escravos e do restante da população colonial. As adaptações, as reapropriações e as resignificações culturais produzidas nas terras americanas, isto é, os processos de hibridação, tanto culturais, quanto biológicos, também foram importantes instrumentos mediadores, que conectaram universos tão diversamente ricos: o africano, o europeu e o americano. Por exemplo, em um texto inovador, Robert SLENES (1999) demonstrou como a janela, ou melhor, a ausência de janelas nas senzalas aproximou costumes africanos e interesses senhoriais no Brasil escravista. O autor também ressaltou como esse aspecto não havia sido detectado pela historiografia. O que aparentemente simbolizava a opressão do regime, uma vez filtrado, passou a indicar acordos, permanências e adaptações culturais. Passou mesmo a assinalar certa autonomia dos cativos, que lançavam mão de soluções arquitetônicas africanas tradicionais na construção de suas habitações no Novo Mundo.

Os escravos africanos, sobretudo os Mina, empregados na mineração no Brasil, reconstruíram porções da África na região. Fizeram isso, ainda que em pequena dimensão, através de pequenos detalhes e, até mesmo, de representações embebidas de códigos imperceptíveis à maioria dos observadores.¹¹ No início dos trabalhos de mineração do ouro, dos diamantes e das pedras preciosas, no século XVIII, segundo relatos de viajantes e de técnicos que visitaram o Brasil no século posterior, eram usados pratos de estanho, nos rios e córregos, para separar-se areia e seixos do material precioso. Não demorou muito e o instrumento foi considerado pouco adequado ao bom desempenho das atividades. Escravos(as) africanos(as) teriam, então, introduzido gamelas feitas com madeira específica, resistente ao sol e à água, para separar o ouro e os diamantes do material indesejado. Além do tipo de madeira e da técnica de manipulação das gamelas, esses homens e mulheres introduziram, ainda, práticas associadas que facilitavam o trabalho. Sob o olhar fleumático de um viajante, comerciante e geólogo inglês, que chegou ao Brasil em 1807, eles(as) demonstravam sua destreza e John MAWE (1978) foi, então, levado a registrar os procedimentos que há décadas vinham sendo adotados:

Alguns dos grãos de ouro são tão pequenos, que flutuam na superfície, podendo, por conseguinte, ser arrastados nas repetidas mudanças da água que se fazem. Para prevenir esse inconveniente, os negros esmagam algumas ervas em uma pedra e misturam um pouco do seu suco à água de suas gamelas. Não afirmarei que este líquido contribuisse realmente para precipitar o ouro, mas é certo que os negros o empregavam com grande confiança.¹²

A autoridade da civilização, como se julgava na época, parece, diante de tamanha habilidade, ter sido obrigada a curvar-se diante da prática da barbárie, emprestando-lhe mérito. Ainda assim, o viajante não deixou de registrar alguma incerteza quanto a absoluta eficiência dos métodos de amalgamar as partículas douradas, certamente desenvolvidos a partir de observação e de experiência muito antigas.

Outro viajante, agora um engenheiro de minas, esteve no Brasil entre 1810 e 1821 e talvez tenha sido o maior conhecedor da mineração e dos recursos minerais brasileiros na época. O Barão Wilhelm Ludwig von ESCHWEGE deixou registros importantes sobre as técnicas introduzidas pelos africanos e, também, sobre as adaptações delas, processadas entre os brasileiros. Essas adaptações possibilitam, sem dúvida, vislumbrar-se empréstimos e recriações de conhecimentos e de práticas, que sustentam o movimento de hibridação cultural ocorrido intensamente na região.

Somente mais tarde, aprendendo com a prática, principalmente depois da introdução dos primeiros escravos africanos, que já na sua pátria se tinha ocupado com lavagem do ouro, e de cuja experiência o natural espírito inventivo e esclarecido dos portugueses e brasileiros logo tirou proveito, foi que os mineiros aperfeiçoaram esses processos de extração.

Deve-se principalmente ao negros a adoção das bateias de madeira, redondas e de pouco fundo, de dois a três palmos de diâmetro, que permitem a separação rápida do ouro da terra, quando o cascalho é bastante rico. A eles se devem, também, as chamadas canoas, nas quais se estende um couro peludo de boi, ou uma flanela, cuja função é reter o ouro, que se apura depois em bateias.

(...) O escoamento (de cascalho), a princípio, se fez apenas, ou por meio de vasilhas, ou por meio dos usuais carumbés de madeira, igualmente de pouco fundo e arredondados como as bateias, com a diferença de que possuem somente de palmo e meio a dois de diâmetro. Por assim dizer, a terça parte caía fora e ajuntava-se em seguida, ou a profundidade era tão grande, que as vasilhas passavam de mão em mão antes de serem despejadas em cima.

Só muitos anos depois é que foram introduzidas, para esgotamento da água, as velhíssimas noras, até hoje ainda usadas¹³.

A mistura de conhecimentos técnicos é tão patente, quanto a reformulação dos anteriormente existentes e a construção de novos, a partir de condição peculiares e das demandas mineratórias. O uso do couro de boi inscreve-se claramente nessa situação. Essa técnica, aparentemente empregada nas regiões auríferas da África negra, foi tão difundida nas Minas Gerais, que em meados do setecentos faltou couro no mercado mineiro. É significativo o volume das reclamações sobre a falta do precioso instrumento de mineração

na documentação relativa ao Senado da Câmara de Vila Rica e à Secretaria de Governo da Capitania, que se encontra no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte. Os mineradores e faiscadores do ouro em pó e em partículas, como era comum, compravam o couro em grande quantidade, provocando seu desaparecimento no mercado e a elevação dos preços. Os próprios mineradores acabavam tendo que pagar preços inflacionados a comerciantes de couro oportunistas. A situação, ainda que trágica, acabou sendo registrada em documentos que atestam a definitiva incorporação, no cotidiano dos que procuravam ouro e diamantes, dessa técnica dominada inicialmente pelos escravos africanos.

Depois desses viajantes estrangeiros pioneiros, vários outros, de diversa nacionalidade, visitaram as Minas Gerais. Alguns deles chamaram a atenção de seus leitores para as técnicas africanas e mestiças empregadas na região desde o início da exploração mineral.¹⁴ Misturaram, certamente, observações *in loco*, o que, novamente, expõe a permanência de saberes e de práticas de mineração em um tempo longo, à reprodução de informações recolhidas na leitura das obras de viajantes anteriores. E nesse caso, saliente-se que nem sempre as citações das fontes consultadas foram indicadas.

Outros viajantes e artistas registraram em desenhos essas técnicas. São vários e alguns deles são de autores desconhecidos. Todos, no entanto, têm uma intenção facilmente identificável: aprisionar, na imagem, aquela realidade de riqueza natural para ser vista no Brasil e, principalmente, no exterior. Daí o enorme cuidado com o detalhamento de cada cena retratada. Afinal, o que se queria era oferecer um instantâneo da realidade mineradora aos que não podiam constatar-la *in loco*. Ainda que saibamos que todo retrato mostra uma realidade construída pelo desenhista, essas gravuras são ricas em detalhes pormenorizados relativos às técnicas de mineração, ao trabalho na mineração, às relações sociais desenvolvidas em torno da atividade e do ambiente natural e social de cujo seio brotaram ouro, pedras preciosas e ferro. São ricas, também, em indícios que apontam para um intenso processo de hibridação cultural e de trânsito de conhecimentos.

Entre as imagens de autores desconhecidos estão as famosas representações da extração de diamantes nas Minas Gerais. São imagens que, na maioria das vezes, apresentam os escravos em plena atividade, vigiados por atentos fiscais. Em uma delas, ao fundo, o autor desenha um aglomerado de casas, muito próximas umas das outras, umas maiores, outras pequenas, aparentemente cobertas de folhas de palmeira. O desenho aproxima-se muito da descrição de um desses lugarejos próximos a uma área de mineração, feita por MAWE (1978, p. 151), no início do século XIX:

Ao fim do dia, alcancei uma eminência, da qual avistei um grupo romântico de casas, semelhantes a um labirinto ou a uma cidade negra da África. Descemos a colina, e nos aproximamos do lugar, já noite fechada. Conduziram-me, à casa maior que as outras; soube que estava em São Gonçalo, a primeira exploração de diamantes que se encontra no Serro do Frio. Encontra-se, há algum tempo, em declínio e emprega cerca de duzentos negros.

Continuando sua descrição do que vira na região dos diamantes, MAWE arrolava as premiações possíveis ao escravo que encontrasse pedras singulares. Entre elas, a principal era a liberdade concedida pelo administrador aos que encontrassem grandes diamantes e as condições de trabalho autônomo oferecidas a eles. Para esses *experts* em minerar, o incentivo parecia ser bem aproveitado, tanto para o feliz achador, quanto para os companheiros, que faziam uma festa africana, nos moldes dos desfiles de reis africanos, retratados por europeus, desde o século XVI, para celebrar o feito. Aliás, esta pode ter sido uma oportunidade para desviar a atenção dos fiscais, para se esconder algumas pedras preciosas e para quebrar o monótono e desgastante serviço. Entre a técnica apurada dos africanos e as normas de controle social luso-brasileiras, direitos costumeiros acabaram sendo consolidados, tais como o direito à libertação. Segundo MAWE (1978, p. 155),

Quando um negro tem a felicidade de encontrar um diamante que pese uma oitava (17 quilates e meio), cingem-lhe a cabeça com uma grinalda de flores e levam-no em procissão ao administrador, que lhe dá a liberdade e uma indenização ao seu senhor. Ganha também roupas novas e obtém permissão para trabalhar por conta própria; o que encontra uma pedra de oito a dez quilates, recebe duas camisas novas, um terno novo completo, um chapéu e uma bela faca. Concedem prêmios proporcionais aos descobridores de pequenos diamantes de pouco valor.¹⁵

A descoberta das pedras preciosas e a exploração aurífera foram motivos de imagens feitas por alguns viajantes dos século XIX. Eles registraram escravos batendo palmas para avisar que alguma pedra havia sido encontrada e deixaram desenhados carubés, gamelas, bateias e canoas. Johann B. von SPIX & Carl F. P. von MARTIUS (1981) estiveram no Brasil entre 1817 e 1820, enviados pelo grão-duque da Toscana e incentivados por Maximiliano José I, rei da Baviera.¹⁶ Mostraram com detalhes a lavagem de diamantes em Currallinho, lugarejo próximo a Diamantina. Na imagem, enquanto um escravo anuncia o descobrimento de uma pedra, um outro olha em direção ao fiscal, talvez buscando uma brecha para esconder um diamante, fato recorrente, por mais rígida que fosse a fiscalização. De maneira semelhante, Carlos JULIÃO¹⁷, natural de Turim, que foi capitão de mineiros da artilharia da Corte do Rio de Janeiro, registrou várias cenas

corriqueiras nos serviços de mineração em Minas Gerais, na década de 70, do século XVIII. Esboços das técnicas e dos instrumentos empregados podem ser encontrados, detalhadamente, nos relatos do final do século XIX feitos por Paul FERRAND (1998). Aqui, também, percebe-se, claramente, a permanência dos antigos procedimentos de mineração entre a população das Minas Gerais, que, na verdade, seriam ainda muito comuns até o início da segunda metade do século XX.

Mas é Johann Moritz RUGENDAS, um artista nascido em Augsburg, em 1802 e que esteve no Brasil no início do oitocentos, que desenhou, em 1835, uma das cenas mais conhecidas de exploração aurífera nas Minas Gerais: *Lavagem do minério de ouro perto da montanha do Itacolomi*.¹⁸ Intensamente reproduzido nos livros e nos manuais de História do Brasil, a imagem é muito conhecida, mas nem sempre o observador atenta para a riqueza de detalhes e de informações que ela traz. RUGENDAS, buscando apreender a realidade em seu desenho, acabou legando à posteridade retratos do que agora chamamos de mediadores culturais/*passseurs culturels*, bem como dos vários instrumentos de mediação empregados. Africanos e africanas, provavelmente da Mina, *experts* em mineração e exímios construtores de novas formas de sociabilidade, mineradores brancos, prováveis proprietários das lavras e dos cativos, além de fiscais e encarregados, mestiços talvez, povoam a cena e se tornam emblemas do encontro e da coexistência de culturas. Esses mediadores são a expressão, ainda que parcial ou completamente codificada, do que é impermeável e do que é híbrido nesse universo cultural, do trânsito de conhecimentos e de práticas, enfim, dos acordos e dos arranjos que emergiram dessas relações às vezes conflituosas, às vezes harmônicas, às vezes impregnadas de tudo isso, ao mesmo tempo. Na cena de RUGENDAS o couro de boi a contrapelo, a técnica das canoas e as bateias, tudo migrado da África negra, integram-se à administração, às técnicas de engenharia e ao sistema de premiação luso-brasileiros. No centro da cena, um ritual de premiação, certamente ligado à produtividade de um grupo de escravos, contrasta, embora coexista, com o trabalho duro de outros grupos, com o castigo de um escravo, talvez desmazelado, improdutivo ou insolente e com o vai-e-vem de mulheres negras, que carregam carubés sobre a cabeça, subindo e descendo a ladeira. Os escravos premiados parecem receber algo para comer e cachaça para beber, enquanto isso cativos de outros grupo reparam a cena imbuídos de uma expressão que mistura despeito e legitimação da estratégia senhorial.

E as escravas mineradoras nas montanhas do Itacolomi? Talvez elas, de maneira semelhante ao que ocorria nas vilas e arraiais das Minas e de outras capitânicas, tivessem ali

um papel especial. Aparecem duas delas apenas, no meio de dezenas de homens, o que deve estar de acordo com o cotidiano dessas lavras e faisqueiras coloniais.¹⁹ O trabalho feminino na mineração ainda é mal dimensionado pela historiografia. Ainda menos conhecida é a provável posição dessas mulheres como mantenedoras de tradições culturais entre escravos mineradores. Além disso, pouco se sabe sobre o papel que desempenharam nas Gerais de introdutoras e de gerenciadoras de técnicas e de ferramentas de mineração que elas dominavam em algumas regiões da África. Ainda que não se apresente aqui qualquer testemunho histórico que comprove essas suposições e que as esclareçam, creio que a matrifocalidade e a interferência feminina na dinâmica urbana repetiram-se nas atividades mineradoras. Afinal, lavras, faisqueiras, catas eram locais muito próximos às áreas urbanas nas Minas e, muitas vezes, encontravam-se dentro dos limites da urbe. Em outro desenho de RUGENDAS – *Villa Rica*, de 1835 – fica patente essa proximidade entre a urbe e a atividade mineradora.

A proximidade era geográfica e, também, cultural, certamente. Além de tudo isso, outras mulheres negras e mestiças sempre estiveram intimamente ligadas às áreas de mineração e à população de mineradores. Tratam-se das famosas negras de tabuleiro, isto é, escravas e forras que circulavam livremente pelas vilas, arraiais e morros onde se explorava ouro, com seu tabuleiros repletos de quitandas e plenos de outras intenções. Essas mulheres acabaram estabelecendo redes de informação, de solidariedade, de intrigas e se transformaram em poderosas mediadoras culturais. O incômodo causado por suas atividades foi de tal ordem, que uma série enorme de proibições foi imposta pelos governos, sem, contudo, coibirem-nas. E com base no quadro de origens das escravas pertencentes a proprietários mineradores e não mineradores nas regiões de exploração do ouro e das pedras preciosas, essas mulheres, tanto as que carregavam carubés, quanto as que traziam tabuleiros sobre a cabeça, eram majoritariamente oriundas da Costa da Mina.

As escravas mineradoras de RUGENDAS sumariam, portanto, a própria dinâmica social e cultural das áreas urbanas da América portuguesa, marcadas e, em certa medida, dominadas pela atuação feminina negra e mestiça, escrava e liberta. Algumas das histórias protagonizadas por essas mulheres e vários aspectos do comportamento e da atuação delas ficaram registrados em antigos documentos.

Talvez um dos casos mais ricos, entre os vários que poderiam ser aqui evocados, também sumaria toda a complexidade vivenciada pelas escravas e libertas das Minas Gerais e demonstre como essas mulheres mediaram culturas e *now-how*. Quitéria Alves da

Fonceca, morava no importante arraial de Santa Bárbara, na comarca do Rio das Mortes, em 1774, quando ditou seu testamento. Como muito outros homens e mulheres, ela foi escravizada na África, foi embarcada na Costa da Mina e, depois de atravessar o Atlântico, foi vendida como escrava nas Minas Gerais. Essa Mina, forrou-se nas Minas. Ela comprou sua alforria, estabeleceu-se no arraial, onde parece ter vivido da renda produzida por seus 3 escravos e 3 escravas, que, certamente, faiscavam ouro e prestavam todo tipo de serviço de ganho. É bem provável que tenham sido essas mesmas atividades que possibilitaram a escrava comprar sua libertação. Quitéria experimentou certa ascensão econômica, assim como tantas outras mulheres em semelhantes condições. Permaneceu solteira até morrer, não teve filhos e demonstrou orgulhar-se dessa trajetória, pela qual parece ter convictamente optado, o que, saliente-se outra vez, aproxima o seu caso de vários outros ocorridos nas Gerais.

Mas é a formulação que ela dá a essa situação e à sua história e que aparece escrita em seu testamento que permite ao historiador *a posteriori* reler o passado coletivo partindo de percepções peculiares, de detalhes aparentemente sem importância, de frases corriqueiras, que, em contexto específico, assumem novos significados. Aliás, como venho demonstrando nesse texto, o uso de novos conceitos e as reflexões possíveis a partir daí são instrumentos metodológicos essenciais, que permitem novas leituras de fontes antigas e, às vezes, já trabalhadas. Recorro, novamente, à Mina Quitéria para me servir de guia nessa proposta de releitura. Seu caso é, outra vez, exemplo perfeito. Afirmava, então, minha interlocutora de tempos passados: não possuía herdeiros

*nem dentro nem fora do quarto grau e de serem todos os bens que possuo todos adquiridos pelo meu trabalho, serviço e indústria e por isso, usando desta faculdade, nomeio e instituo por meu legítimo herdeiro ...*²⁰

Mulheres como Quitéria Mina ostentaram e praticaram toda essa “faculdade”, muito mais, talvez, do que já se saiba até agora. Elas transportaram para a América portuguesa, além de culturas e técnicas de minerar, disposição de construir, longe da África, um universo ao qual elas, os conterrâneos delas e seus descendentes pudessem se integrar. Uma dessas formas de integração passou, como se viu, pela mineração e pelo conhecimento técnico que esses homens e mulheres transportaram de um lado para outro do Atlântico Sul. Talvez tenha sido isso, também, um dos fatores que fomentaram os acordos, os arranjos e uma certa tolerância que ocorreram entre proprietários e escravos nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. E esse quadro pode ser resumido em um único

termo: mobilidade, tanto física, quanto cultural e material. Foi essa mobilidade que, certamente, facilitou o ingresso do africano liberto Alexandre Correia e de sua mulher, a africana liberta Maria Correia entre o grupo de mineradores que habitavam a importante vila de São João Del Rei. O casal possuía, entre outros bens móveis e imóveis, “umas terras minerais sitas na lavra chamada a Tabatinga, que compreendem o ribeirão que passa por esta vila desde a estrada (...) com suas casas de capim e um tanque”, avaliadas em 450\$000 réis (quatrocentos e cinquenta mil réis), 10 escravos (4 Mina) e 2 escravas Mina, além de ferramentas de mineração.²¹

Outro africano liberto, dessa vez identificada sua origem Mina no testamento, experimentou da mobilidade social mineira e acumulou certa fortuna a partir da extração de ouro. Manoel da Costa era morador no arraial do Paracatu, em 1776. Chegado escravo na região, com o passar do tempo, conseguiu comprar sua alforria, certamente com pecúlio adquirido por meio da mineração. Manoel permaneceu solteiro e não teve filhos. Como herdeira única, declarava sua irmã “de pai e mãe”, a forra Roza Pinto da Trindade. Pelo que declarava, o Mina conseguira, também, reconstruir parte da família africana na América portuguesa. Novamente, a mineração e o *kow-how* africano parecem ter proporcionado oportunidades de ascensão a alguns escravos e ex-escravos. Mas Manoel não parece ter sido do tipo que se contenta com pouco. Além de tudo isso, possuía imóveis, “umas lavras no morro parte de São Domingos do qual tenho título delas em meu poder” e, recriando a África na América, declarava possuir “uma chácara na paragem chamada a Costa da Mina...”. O liberto Mina contava, ainda, com 11 escravos africanos empregados, principalmente, nos serviços de mineração.²²

Assim como Manoel e como os Correia, muitos outros forros e forras dedicaram-se à mineração e empregaram seus escravos nessa atividade, ainda que poucos(as) deles(as) tenham conseguido a posse de terras minerais. De toda forma, a quantidade de gente africana de ambos os sexos envolvida diretamente na mineração do ouro, do ferro e na extração das pedras preciosas, assim como reapropriação na América portuguesa de técnicas africanas são elementos que instigam novas indagações e revisões de antigas versões históricas. Entre as indagações, tem muita relevância saber mais sobre a participação direta das africanas nas atividades mineratórias. É necessário que se conheça mais sobre o papel de mediadoras culturais que elas parecem ter desempenhado também nessa área, de maneira igualmente intensa à observada nas regiões urbanizadas, com maior mobilidade social da Colônia.

Já entre as revisões e releituras, merece ser destacada a desconstrução, que vem acontecendo há alguns anos, da idéia de que a escravidão significou o atraso técnico e material brasileiro e de que os escravos africanos eram desprovidos de conhecimentos técnicos apurados. No mesmo sentido, é necessário rediscutir a idéia de desinteresse generalizado pelo trabalho e de incapacidade inventiva que se associa, quase naturalmente, aos escravos, tanto africanos, quanto nascidos no Brasil. Outras questões derivadas devem ser desconstruídas então. Entre outras tantas, precisam ser revistas as interpretações de indolência desses escravos e forros, africanos, crioulos e mestiços, que acaba sendo estendida, genericamente, aos brasileiros de hoje, sobretudo à população negra e mestiça.²³

O ouro africano abasteceu cofres da Europa e fomentou redes intensas de comércio até o século XVII. A partir das descobertas do ouro e dos diamantes nos sertões da América portuguesa, a importância que os portugueses davam ao metal africano sofreu grande avaria. Contudo, os africanos não saem de cena. Ao contrário, passam a ocupá-la cada vez mais intensamente. Não mais como negociadores em solo africano, mas como escravos especializados na matéria, que chegam em grande quantidade na América portuguesa e, em seguida, são encaminhados para as Gerais. Grande parte dos homens e mulheres embarcados na Costa da Mina cumpriram essa trajetória e, também, o papel de mediadores culturais. Depois de cruzarem o Atlântico Sul, trilhavam os caminhos que ligavam a Bahia à Minas. Era um trânsito de corpos cativos e, também, de culturas e de saberes.

¹ Vários autores já salientaram a existência dessa crença e chamaram a atenção para a preferência dos mineradores pelos escravos então chamados de Mina. Entre eles BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: s/ed., 1972, p. 7-12; BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil; dores de crescimento de uma sociedade colonial*. (trad.) 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 191-2000 e KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro; 1808-1850*. (trad.) São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 63-64.

² Cf. BOXER, Charles R. *A idade de ouro...*, p. 192.

³ A designação Mina é bastante imprecisa. A origem do termo está associada ao Castelo de São Jorge de Mina, erguido pelos portugueses, em 1482, na costa africana, onde, hoje, fica Gana. A região passou então a ser chamada de Costa da Mina. Os escravos embarcados nos portos existentes nessa região eram, então, chamados de Mina, mas muitos deles eram oriundos de outros lugares da África, tanto da costa, quanto do interior.

⁴ Museu Regional de São João Del Rei/Inventários - caixa 7. Inventário *post-mortem* de Jozé Vieira de Almeida - São João Del Rei, 19 MAI 1780.

⁵ Discussões sobre esses aspectos foram feitas em PAIVA, Eduardo França. *Por meu trabalho serviço e indústria: histórias de africanos, crioulos e mestiços na Colônia – Minas Gerais, 1716-1789*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de São Paulo, 1999. Para os dados especificamente apresentados aqui, contei com o auxílio do bolsista de Iniciação Científica Jener

Cristiano Gonçalves, do programa PROBIC, UFMG/FAPEMIG, que os arrolou junto ao banco de dados do projeto *Permanências e alterações no universo cultural brasileiro*.

⁶ Ver BLIER, Suzanne Preston. *L'art royal africain*. (trad.) Paris: Flammarion, 1998, p. 139.

⁷ A importância dos ferreiros na Guiné foi salientada já em 1594, por D'ALMADA, André Álvares. *Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo-Verde. Feito pelo capitão André Álvares d'Almada. Ano de 1594*. (Leitura, introdução, modernização do texto e notas – António Luis Alves FERRONHA) Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1994, p. 137. Sobre a associação entre essas ocupações, ver as informações apresentadas por António Luís FERRONHA na nota 137, p. 154 do livro do capitão D'ALMADA.

⁸ Sobre os temas ver, entre outros, FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Oficiais mecânicos na cidade de Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1974; PAIVA, Eduardo França. *Por meu trabalho ...*, p. 255; TRINDADE, Raimundo, Cônego. Ourives de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 12 p. 109-149, 1955 e VASCONCELLOS, Salomão de. Ofícios mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n.4, 1940.

⁹ Ver CABRERA, Lydiá. *Otán Iyebiyé; las piedras preciosas*. Miami: Ediciones Universal, 1986, p. 17; LODY, Raul. *Pencas de balangandãs da Bahia; um estudo etnográfico das jóias-amuletos*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1988, p. 9-11 e PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das letras, 2001, p. 21 e 95.

¹⁰ Sobre esses temas e esses conceitos ver GRUZINSKI, Serge. Entre monos y centauros. Los indios pintores y la cultura del Renascimento. In: QUEIJA, Berta Ares & GRUZINSKI, Serge (coord.) *Entre dos mundos; Fronteras Culturales y Agentes Mediadores*. Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1997, p. 349-371.; LOUREIRO, Rui Manuel & GRUZINSKI, Serge. (coord.) *Passar as fronteiras; II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais – séculos XV a XVIII*. Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes, 1999; PAIVA, Eduardo França. Amuletos, práticas culturais e comércio internacional. In NODARI, E., PEDRO, J. M. & IOKOI, Z. M. G. (org.) *História: fronteiras. Associação Nacional de História*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: ANPUH, 1999, pp. 995-1005, v.II, PAIVA, Eduardo França. *Por meu trabalho...*, PAIVA, Eduardo França. 500 anos de hibridismo e impermeabilidade culturais no Brasil: os *passseurs culturels*. In: COSENTINO, Francisco C. & SOUZA, Marco Antônio de. (orgs.) *1500/2000 – Trajetórias*. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 1999, pp. 11-20 e PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia – Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001; QUEIJA, Berta Ares & GRUZINSKI, Serge (coord.) *Entre dos mundos...*

¹¹ Ver sobre o tema LODY, Raul. *Pencas de balangandãs...*; PAIVA, Eduardo França. *Amuletos...*; PAIVA, Eduardo França. *Por meu trabalho...* e PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo...*; SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor; esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹² Ver MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. (trad.) Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1978, p. 134.

¹³ Ver ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Pluto Brasiliensis*. (trad.) Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1979, p. 167-168, vol. 1.

¹⁴ Entre outros, ver COURCY, Ernest de, Visconde. *Seis semanas nas minas de ouro do Brasil*. (trad.) Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997; BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. (trad.) Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1976; FERRAND, Paul. *O ouro em Minas Gerais*. (trad.) Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998; POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. (trad.) Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1976.; SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. (trad.) Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1974 e SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. (trad.) Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 2000; SPIX, Johann Baptist von & MATIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1981, 3 v.

¹⁵ Contrariamente ao que se imagina e, por vezes, se afirma, houve muitos escravos que andaram armados, sem que esse fato acarretasse, necessariamente, atitudes violentas ou facilitasse revoltas e fugas. Como se viu nas observações de MAWE, alguns escravos chegavam a ser

presenteados com uma dessas armas: uma faca. Isso indica mobilidade, acordos, confiança mútua entre proprietários, escravos e agentes que os alugam.

¹⁶ Ver IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil; capítulos de historiografia brasileira*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: EDUFMG/Nova Fronteira, 2000, p.66.

¹⁷ Ver JULIÃO, Carlos. *Riscos iluminados e figurinos de brancos e negros dos usos do Rio de Janeiro e Serro Frio*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1960.

¹⁸ Ver RUGENDAS, John Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil (trad.)* 5 ed. São Paulo: Martins, 1954.

¹⁹ Sobre a autonomia, a liderança cultural e a mobilidade das mulheres negras e mestiças coloniais, tanto escravas, quanto libertas e sobre uma certa organização matrifocal dessa sociedade ver PAIVA, Eduardo França. *Por meu trabalho...; PAIVA, Eduardo França. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII; estratégias de resistência através dos testamentos*. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2000 e PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo... e PRIORE, Mary Del. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/EDUNB, 1993.

²⁰ Museu do Ouro (Sabará)/Cartório do Primeiro Ofício-Testamentos – códice 50, f. 111-116v. Testamento de Quitéria Alves da Fonseca – Santa Bárbara, 04 MAI 1774.

²¹ Museu Regional de São João Del Rei/Inventários – caixa 14. Inventário *post-mortem* de Alexandre Correia – São João Del rei, 31 MAR 1761.

²² Museu do Ouro (Sabará)/Cartório do Primeiro Ofício-Testamentos – códice 51, f. 159v-167. Testamento de Manoel da Costa – Paracatu, 03 JUN 1776.

²³ Recentemente discuti questões similares em PAIVA, Eduardo França. De português a mestiço: o imaginário brasileiro sobre a colonização e sobre o Brasil. In SIMAN, L. M. de C. & FONSECA, T. N. de L. e. (orgs.) *Inaugurando a História e construindo a nação; discursos e imagens no ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 23-52.